

**DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUAS
ATIVIDADES NA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO,
DESENVOLVIDAS NA ÁREA DE INFORMÁTICA,
EM SESSÃO ORDINÁRIA DE 16/06/1995.**

O EXMO. SR. MINISTRO JESUS COSTA LIMA: Senhor Presidente e Senhores Ministros. Dever de consciência conduz-me a prestar contas das atividades da Comissão de Coordenação nas administrações dos eminentes Ministros Torreão Braz e William Patterson.

Aproxima-se a data em que apresentarei o meu pedido de dispensa desta função a qual, não posso negar, muito me foi gratificante, proporcionando-me um contacto mais direto com as novas tecnologias de processamento de dados e de imagens, o relacionamento com os dirigentes e técnicos que trabalham nesta Corte, contribuindo para satisfazer a minha curiosidade de permanente aprendizagem.

Peço, portanto, aos eminentes Colegas a benevolência de alguns minutos de seu precioso tempo.

No extinto Tribunal Federal de Recursos, encontra-se a semente que transforma o Superior Tribunal de Justiça como detentor da liderança de modernidade de equipamentos de informática. Especialmente, de tecnologias e programas de prestação de serviços aos Ministros, à comunidade jurídica do País, aos jurisdicionados como beneficiários da transparência dos procedimentos e dos próprios julgamentos da Corte.

É na Seção Judiciária do Estado de São Paulo que, com base numa experiência pioneira, no ano de 1980, teve começo a informatização no Tribunal Federal de Recursos, com a implantação do Sistema DATAJUS, em convênio com a DATAPREV. Naquela época, era possível apenas a distribuição dos processos aos Ministros e o registro de fases processuais.

Em 1987, o eminente Ministro Bueno de Souza, como Corregedor-Geral da Justiça e diretamente responsável pela informatização, resolveu imprimir novos rumos ao setor. Mandou fazer um diagnóstico do que estava sendo feito, elaborando um programa de trabalho, o qual culminou com a aquisição do primeiro computador, um COBRA 540, com capacidade de 1 MB de memória e 14 terminais, o que possibilitou a transferência dos dados do computador da DATAPREV para o TFR. Foi um desenvolvimento positivo, especialmente tendo-se em conta a época em que vivia o País, com uma reserva ampla de mercado, nesse campo, não se podendo adquirir senão os computadores aqui fabricados, os quais estavam atrasados, e muito, daqueles utilizados no exterior.

Em 1988, o TFR adquiriu um computador de porte, um DIGIRREDE com 8 MB de memória, 720 MG de disco e aproximadamente 50 terminais e impressoras. A instalação desse equipamento deflagrou a informatização dos gabinetes dos Ministros, constituída de um terminal e de

uma impressora com acesso ao DIGIRREDE, mas com possibilidade da edição de textos, recuperação de informações e acesso ao banco de dados do PRODASEN. No ano de 1990, esse equipamento foi expandido para um de maior porte, modelo XQ4, com 16 MB de memória, 920 MB de disco e 108 terminais e mais impressoras, a fim de permitir a migração das bases de dados judiciários, ficando o computador COBRA destinado ao atendimento das atividades administrativas.

Ao final do ano de 1990, por proposta do eminente Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, o então Corregedor-Geral da Justiça, é aprovado o Plano Diretor de Informática - PDI, estabelecendo as diretrizes e políticas para o setor e prevendo, dentre outras medidas, a contratação de um equipamento de grande porte.

O eminente Ministro Antônio Torreão Braz, após assumir a Presidência desta Corte, nomeou os Ministros **Jesus Costa Lima**, Geraldo Sobral e Luiz Vicente Cernicchiaro membros da Comissão de Coordenação, que, dentre outras atribuições, tem a de supervisionar os serviços de informática, fiscalizando a sua execução e propondo as providências para a sua atualização e aperfeiçoamento. Com o falecimento do Ministro Geraldo Sobral, na qualidade de Coordenador-Geral, o eminente Ministro Costa Leite o substituiu.

Em junho de 1991, a Secretaria de Informática foi reestruturada e passou a atuar com um novo organograma, que lhe permitiu maior flexibilidade na coordenação do processo de informatização.

No final de 1991, seguindo diretriz traçada pelo Plano Diretor de Informática, o Tribunal contratou um computador, na época, de grande porte, um IBM 4381, com 16 MB de memória. No início de 1992, iniciou-se a instalação da rede de comunicação de dados do STJ, que passou a hospedar as bases de dados judiciárias, promovendo uma nova expansão da rede e a integração de usuários.

Em 1992, foi alavancada a automação de serviços de gabinetes. Incentivou-se o uso de microcomputadores para processamento de textos e o desenvolvimento de pequenas aplicações que pudessem despertar o interesse e aproximar os usuários das ferramentas de processamento de dados. Neste período, todos os terminais DIGIRREDE instalados nos Gabinetes foram substituídos por microcomputadores, facilitando o processo de digitação dos acórdãos.

Com outro enfoque, visando a agilizar e dar credibilidade às atividades de distribuição e acompanhamento processual, foi iniciada a automação de alguns setores da Secretaria Judiciária. Os recursos e os

benefícios da informatização ampliam-se e envolvem as atividades-meio como recursos humanos, administrativos e financeiros.

A reengenharia dos sistemas estabelece o princípio de que a tecnologia de informação, necessária ao desenvolvimento dos órgãos judicantes do Tribunal, deve ser de inteiro domínio do seu quadro técnico. Com tal objetivo, os Sistemas de Acompanhamento Processual e Jurisprudência foram redefinidos por técnicos da Secretaria de Informática, valendo destacar que todo este trabalho foi elaborado em conjunto com os usuários.

O Tribunal tem investido no microcomputador como ferramenta pessoal de trabalho, passando de 20 para 191 em 1993, atingindo a marca de 243 em 1994 e, inaugurada a nova sede, alcançará o número de 950, ficando 7 (sete) deles em cada Gabinete. Desse modo, concretiza o avanço da tecnologia como suporte das atividades setoriais e, mais ainda, contribui para sepultar antigos hábitos baseados em rotinas manuais, através do estabelecimento de uma nova época, onde a informática se transforma em poderoso agente de mudanças.

Em 1993, o acesso às informações processuais do STJ é liberado à comunidade jurídica, à própria sociedade civil, através de rede pública de comunicação de dados, contando, atualmente, com o cadastramento de aproximadamente 3.000 usuários externos, entre escritórios de advocacia, empresas e órgãos governamentais.

Paralelo a todas as evoluções tecnológicas de equipamentos, buscou-se também fortalecer o treinamento dos usuários de forma sistemática, atingindo a todas as camadas profissionais do Tribunal.

Para ilustrar o impacto e a importância destas profundas mudanças nos hábitos e conceitos, em 1994, passou a funcionar com grande êxito a conhecida "Escolinha do Professor **Costa Lima**". Inicialmente, com os Ministros Humberto Gomes de Barros, Flaquer Scartezini, Assis Toledo, Edson Vidigal, Peçanha Martins e Cesar Rocha. Em seguida, vários outros Ministros foram sendo treinados e, assim, chegou-se a realizar o treinamento personalizado de grande número de Ministros, senão de todos, por deliberação própria de cada um. Hoje, com grande alegria, constata-se que Ministros e muitos servidores de várias áreas do Tribunal utilizam o microcomputador como ferramenta de uso pessoal na elaboração de relatórios, votos, pesquisa, utilização do sistema de acompanhamento processual, consulta a extratos bancários, etc.

Com o passar do tempo, a informática foi consolidando uma prestação de serviços cada vez mais especializada, o que gerou uma maior expectativa sobre os resultados em nível de aumento de produtividade de

trabalho. Tal fato traduziu-se em maiores investimentos nos recursos humanos e na revolução tecnológica.

Nos investimentos de Recursos Humanos, deve-se considerar que, ao longo do desenvolvimento da informática, não só no STJ, mas nas instituições em geral, cada vez mais a tecnologia da informação aproxima-se do usuário. Isto significa que é cada vez mais comum a existência de usuários especializados, capazes de utilizar de forma eficiente os programas de processamento de textos, dicionários eletrônicos, legislação automatizada, sistema de acompanhamento processual em gabinete, mala direta, LIS, INFORMA, Revista do STJ, dentre vários outros. Além disto, as ferramentas evoluem rapidamente. Novos produtos são lançados quase que sem o intervalo necessário para uma perfeita assimilação do aprendizado.

Em 1994, foi realizado um concurso público, para prover o STJ de 24 analistas e 32 programadores. Como consequência disto, o STJ conta, hoje, com profissionais qualificados de potencial técnico, capaz de levar o Tribunal a se tornar um modelo de organização para o Poder Judiciário.

O eminente Ministro William Patterson, empossado Presidente do STJ, pediu-me para continuar a presidir a Comissão de Coordenação, que sofreu a alteração apenas com a posse dos novos Coordenadores-Gerais, sucessivamente, os eminentes Ministros Dias Trindade e José de Jesus Filho.

De 1993 a 1995, a Secretaria de Informática, num esforço conjunto com a Secretaria de Recursos Humanos, pôs em prática um plano de treinamento técnico e especializado destinado a suprir todas as necessidades do Tribunal, inclusive com palestras, cursos e outros eventos voltados para o princípio de qualidade total nas organizações, englobando cerca de 20 eventos e mais de 182 servidores treinados.

A evolução tecnológica, principalmente na área de comunicação de dados nos últimos dez anos, vem estimulando o processo crescente de difusão de informações nas empresas, nas instituições e na sociedade em geral.

Computadores de grande porte, microcomputadores, impressoras, fax e outros recursos de comunicação de dados podem compor uma eficaz rede de tratamento de informações em grande escala, encurtando distâncias e fortalecendo as relações entre entidades e pessoas.

A adoção da tecnologia de rede de comunicação de dados, na medida em que incrementa a troca de informações nas formas de imagens,

dados ou voz, aproxima as pessoas, aumenta a efetividade dos processos de tomada de decisão e facilita a disseminação das decisões.

Dentro deste enfoque, passou-se a priorizar um conjunto de ações complementares, com o propósito de implantar no Tribunal uma rede de computadores condizente com a importância do seu papel frente à Nação.

O primeiro passo, com este propósito, foi a implantação de uma rede local nas atuais instalações do Tribunal, o que constituiu um passo importante para o processo de planejamento de mudança para a nova sede. A rede local, que inicialmente foi projetada com 35 pontos para ligar os gabinetes da Quinta Turma, a Subsecretaria da mesma Turma e a Divisão de Taquigrafia, no final de 1994, já contava com 64 estações de trabalho, oferecendo os seguintes serviços:

- a) comunicação entre pessoas por meio eletrônico;
- b) uso compartilhado de recursos;
- c) acesso a aplicações de acompanhamento processual e jurisprudência;
- d) acesso a bases de dados de outras instituições governamentais, tais como SERPRO e PRODASEN;
- e) acesso a sistemas bancários;
- f) emissão de certidão de julgamento em tempo real, na sala de sessão.

Como segundo passo, idealizou-se, dimensionou-se e procurou-se criar uma rede de alto desempenho, para a nova sede, capaz de veicular voz, dados e imagem.

O sonho que, a partir de poucos dias, começa a tornar-se realidade é identificado como Projeto de Telemática. Foi concebido para que, apesar das distâncias e das dimensões na nova sede, pudesse concretizar com eficiência e eficácia a comunicação de dados por todo o Tribunal. Esta rede estruturada possui as seguintes dimensões:

- a) 5.000 pontos para acesso a dados e 10.000 pontos de voz, distribuídos pelos prédios de Administração, Ministros I e II, Apoio ao Plenário, Tribunal Pleno e Auditório;
- b) ligação vertical entre os prédios por fibra-óptica, totalizando 5 km de cabo;
- c) distribuição horizontal dos pontos de voz e dados com um total de 260 km de cabo de par-trançado;

- d) especificação de 12 computadores para o serviço de rede e gerenciamento de dados;
- e) definição de 700 estações de trabalho e 350 impressoras;
- f) 72 distribuidores, 7 concentradores, 1 estação de gerenciamento, 1 roteador e vários outros equipamentos e materiais de comunicação.

Todo este avanço tecnológico no processo de informatização do STJ gerou a necessidade de novas sistemáticas de informação, dentro de uma filosofia de atuação voltada para a agilização de tomada de decisões. Por tal motivo, buscou-se estabelecer metas e prioridades através da Secretaria de Informática, com a criação dos projetos de serviços.

O primeiro, denominado Projeto Justiça - Informações Judiciais Integradas, teve sua implantação em maio de 1993. Este fato significou um marco na história da modernização do STJ, por ter sido o primeiro sistema corporativo totalmente desenvolvido pela equipe técnica do Tribunal.

O Projeto possui características inovadoras no âmbito do Judiciário, pois trata de forma integrada os produtos gerados pelos Ministros (despachos, decisões, súmulas, acórdãos, etc.), o próprio processo, a legislação e a jurisprudência. Visa, desta forma, a democratizar as informações, disponibilizando em nível nacional, via rede de comunicação, o fácil acesso do público.

O Projeto de Gestão de Recursos Humanos tem por finalidade a modernização e agilização das rotinas de recursos humanos, consolidando-as para uma administração mais eficaz. Estas rotinas levam em consideração todas as ações referentes a planejamento, recrutamento, seleção, desenvolvimento, manutenção e controle do acervo humano, que constitui o maior patrimônio do Tribunal.

O Projeto de Gestão de Recursos Humanos está estruturado para prestar as informações concernentes:

- a) necessidade de pessoal;
- b) suprimento de pessoal;
- c) desenvolvimento de pessoal;
- d) avaliação de pessoal;
- e) controle de pessoal;
- f) benefícios;
- g) pagamento;

- h) saúde;
- i) desligamento; e
- j) planejamento.

O conjunto de ações relativas ao Projeto Servidor colima aproximar o usuário das mais novas tecnologias disponíveis no mercado, fazendo com que o servidor possa solicitar e receber informações no seu próprio equipamento, sem sair do seu local de trabalho. Dos dez módulos, o primeiro está sendo implantado e os outros o serão de forma gradual.

O Projeto de Automação de Gabinetes tem como objetivo principal fornecer aos Gabinetes ferramentas de apoio e serviços variados, de forma a facilitar o trabalho diário. Além disso, pretende-se, também, otimizar o fluxo de informações internas e externas aos Gabinetes, fornecendo por essa forma uma resposta ainda mais rápida aos clientes do STJ.

Como diretrizes básicas, procurou-se viabilizar a integração dos Gabinetes com os outros segmentos do STJ, consolidar a normatização no desenvolvimento de sistemas e, utilizando as ferramentas fornecidas pela Informática, garantir uma integração dos sistemas com o ambiente atual do STJ, assegurando que a informação se encontra onde dela se necessite.

O Projeto prevê ainda:

- a) utilização de fax integrado ao computador;
- b) correio eletrônico, para comunicação entre órgãos judicantes de forma automatizada;
- c) facilidades de serviços com a padronização de ferramentas auxiliares ao processo de edição de textos, tais como: corretores ortográficos, legislação automatizada, dicionários e pesquisas para jurisprudência;
- d) acesso remoto. Os Ministros, de suas residências, poderão acessar as informações disponibilizadas pela Secretaria de Informática e comunicar-se com o Gabinete ou com os demais órgãos do STJ.

O PROJETO DE TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO DE IMAGEM DE DOCUMENTOS

A grande massa de dados e informações que tramitam no Tribunal, sejam eles estruturados ou não, tem sua origem e armazenamento em papel.

Observa-se que, apesar do crescente nível de automação, grande parte das informações permanece contida em papéis e documentos, sendo processadas manualmente. Desta forma, soluções de maior produtividade no tratamento dessas informações são consideradas essenciais para a melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal.

Analisando a demanda por sistemas automatizados, a democratização das informações junto aos usuários externos e, por último, os próprios estudos efetuados pela Secretaria de Informática, foi incorporada uma nova diretriz ao processo de informatização do STJ: *"disponibilizar o acesso às informações a quem delas necessitar, no formato em que for gerada, na qualidade e no tempo adequados aos usuários"*.

O Sistema de Gerenciamento de Imagens de Documentos, em fase de implantação, apresenta-se como tecnologia estratégica no âmbito do STJ, permitindo aumentar, em muito, a eficiência na recuperação e compartilhamento de informações, substituindo rotinas manuais e tornando desnecessária a posse física do documento. Os recursos de imagens serão, portanto, utilizados amplamente e sua implantação será feita de forma gradual, sendo que todas as áreas se beneficiarão desta tecnologia.

O gerenciamento de imagem inicia-se com a execução do projeto de acesso ao inteiro teor do acórdão, o qual consiste no desenvolvimento de um sistema de tratamento de imagem integrado ao Sistema Justiça, possibilitando a pesquisa e recuperação do inteiro teor do documento, via computador.

O projeto beneficiará, de imediato, a Secretaria de Documentação e seus usuários diretos, com uma média de fornecimento mensal de 6.000 cópias de documentos. Também serão beneficiados os Gabinetes, a Secretaria Judiciária e a Secretaria de Jurisprudência.

Com a implantação desta tecnologia, o Tribunal entra numa nova sistemática de trabalho, onde é possível a qualquer usuário da rede de serviços, em qualquer estação de trabalho, acessar a imagem do documento, podendo consultá-lo no vídeo do computador ou reproduzi-lo em papel no próprio local de trabalho. Encerrará, desse modo, o ciclo de uma das rotinas manuais de maior relevância e dispêndio de tempo para os órgãos judicantes e de suporte.

Senhores Ministros, tudo o que foi realizado e, de modo especial, o que poderá ser concretizado dos nossos sonhos, com os projetos elaborados, os cronogramas de trabalhos prontos, tudo isso - repito - não teria sido possível caso nos tivesse faltado o apoio incondicional dos eminentes Ministros Torreão Braz e William Patterson, bem assim a ajuda

prestimosa dos eminentes Colegas que integraram e integram a Comissão de Coordenação.

Mas ainda continuo a sonhar. Sonho e desejo que, em futuro breve, o Superior Tribunal de Justiça, de mãos dadas com os Tribunais Regionais Federais, implante a numeração única dos processos, por unidade federativa, com a adoção do código de barra. Assim, proporcionar-se-á mais segurança e facilidade de consulta e informação ao longínquo jurisdicionado sobre o andamento do processo do seu interesse, sem perder-se num emaranhado de números que se sucedem a cada remessa para os Tribunais.

Sonho, e como sonho, que o projeto de imagem de dados dos processos, em futuro próximo, possa ser oferecido a cada um dos Senhores Ministros, em suas residências, de modo que malas e malas contendo processos escritos sejam substituídas por imagens, vistas e consultadas nas telas dos microcomputadores.

Confesso que, atualmente, torna-se difícil fazer ou falar em planejamento de informática, tal o rápido desenvolvimento de novas tecnologias e novos aplicativos. Mas, sem um plano, um projeto, uma meta, é impossível chegar a um bom termo. Importa, sobretudo, que se possa a cada passo ajustar-se ao mundo que progride rapidamente. Não se pode continuar a pensar que as coisas se fazem de tal modo porque assim sempre se fez. Penso que a capacidade de sobrevivência é diretamente proporcional à capacidade que cada um tem de se transformar.

Reconheço haver cometido um gravíssimo erro como Presidente da Comissão de Coordenação. Mas, agora, é tarde para repará-lo. É que não me limitei a simplesmente supervisionar os serviços de informática; fui além. Passei a questionar procedimentos; a solicitar a elaboração de *software*, a lutar pela aquisição de mais e modernos equipamentos; a insistir na ampliação do nosso quadro de especialistas; a incentivar os técnicos na elaboração de *software* direcionados às necessidades do STJ. Daí que o processo de distribuição foi desenvolvido pela Secretaria de Informática, assim como o Projeto Justiça, o Projeto Ementário e tantos outros com que os eminentes Colegas passarão a conviver, em muito breve.

Justo é, igualmente, registrar a colaboração sempre pronta e valiosa do Diretor-Geral, Dr. José Clemente de Moura; o trabalho do Dr. Fernando Mejdalani Neves, Diretor da Secretaria de Informática na administração Torreão Braz. Ao Dr. Dilson de Carvalho, que se encontra à frente dessa Secretaria há quase três anos, não posso deixar de consignar a sua competência e eficiente dedicação em fazer vivo e pronto para funcionar o Projeto de Telemática. Foi um gerente à altura do que se

necessitava. Dilson, obrigado! Não pretendia citar nomes, mas vejo-me compelido a lembrar a competência e a dedicação ao trabalho de tantos bons profissionais que servem à Secretaria de Informática, como Mauro Castro Lucas de Souza, Gerente de Recursos Tecnológicos e Informática Jurídica, Antônio Jorge Soares de Souza, Gerente de Atendimento a Órgãos de Direção, e Helvécio Eustáquio de Araújo, Gerente de Atendimento a Órgãos de Apoio e Assistência.

O esforço do STJ em empregar maciçamente os recursos da informática condiz com antigas aspirações do próprio Poder Judiciário, objetivando aperfeiçoar sistemas de trabalho, através do seu reaparelhamento, com instrumentos modernos, melhorando substancialmente os seus serviços.

A própria sociedade brasileira passa por sérias transformações, levando o cidadão a refletir sobre sua própria postura frente às mudanças de valores, até então não questionados.

Para que as transformações necessárias ao país ocorram, será forçosa a participação do Poder Judiciário como um forte aliado pronto para adotar as modificações metodológicas e tecnológicas, que passam a constituir o dia-a-dia dos jovens profissionais de todas as áreas e que os jurisdicionados começam a reclamar sejam adotadas.

Enfim, as transformações tecnológicas, para que possam frutificar, exigem que cada um de nós mude a sua mentalidade, não só aceitando e utilizando os novos instrumentos de trabalho, mas, ao mesmo tempo, incentivando a que, nos seus gabinetes, a tecnologia não fique subtilizada.

Senhor Presidente, agradeço o estímulo e o apoio ao que foi possível planejar e realizar. É hora para que outros cheguem e façam mais e melhor.

Senhores Ministros, muito obrigado pela benevolência e apoio.